Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,

Lê-se em "***Risco Financeiro – Medidas de Gestão***", de Carlos Pinho, Ricardo Valente, Mara Madaleno e Elisabete Vieira, e passo a citar: "Num mundo caracterizado pela globalização, e num momento em que vivemos uma crise financeira, as empresas estão sujeitas a diferentes tipos de risco, nomeadamente risco de mercado, de preço, cambial e de taxa de juro. Se alguns tipos de risco não se podem eliminar, outros há que, via estratégias de cobertura, podem ser reduzidos". Fim de citação.

Nesta bibliografia de referência, os autores explicam, e cito: "que as empresas podem estar expostas ao risco em determinados mercados com diferentes divisas ou taxa de juro fixa e variável, desejando reduzir ou eliminar esta exposição ao risco.

Ao permitirem trocas de exposições, os swaps convencionam uma melhoria no equilíbrio na gestão de carteiras de investimento ou financiamento. A troca de pagamentos de juros através de swaps permite a separação de riscos associados a compromissos inerentes a um financiamento, tais como o risco de taxa de juro e cambial". Fim de citação.

Na Região, a contratação da generalidade dos swaps foi feita numa altura de grande oscilação nos mercados e em que se temiam pelos efeitos de subidas das taxas de juro.

Volto a salientar que isto não é especulação. É precisamente o seu contrário.
É a atuação atenta e correta nos mercados, comum a todos os gestores conscientes que procuram proteger-se de prováveis evoluções desfavoráveis da taxa de juro.

Nessa conjuntura, a contratação destes instrumentos financeiros procurava prosseguir com esse objetivo, não havendo razões para duvidarmos, pelos dados disponíveis, que todas as opções foram tomadas com a maior da boa-fé por partes das entidades públicas envolvidas.

Gerir pressupõe atuar a todo o momento perante o desenvolvimento da economia e perante os diversos estímulos e flutuações que se manifestem.

Naturalmente que poderemos discutir cada uma das medidas que são tomadas *per se*, mas não podemos ignorar que existiu uma lógica, uma coerência ancorada em princípios que foram expostos ao longo deste debate.

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores deputados,

- O Governo Regional e as empresas públicas da Madeira celebraram, até **2008**, **21 contratos swap**, parte deles já extintos.

Em termos de comparação, e a fazer fé nos dados que foram tornados públicos aquando da comissão de inquérito da Assembleia da República sobre os swaps, temos os seguintes dados:

- Durante os dois mandatos de José Sócrates, o Setor Empresarial do Estado subscreveu **quase 900** contratos swap.

- Com o também socialista António Guterres, foi autorizada a celebração de **410 contratos**.

- Enquanto Durão Barroso foi primeiro-ministro, foram assinados **252 contratos swap**.

- No Governo de Pedro Passos Coelho, as empresas públicas subscreveram **130 contratos**.

- Durante os **apenas 10 meses** de mandato, Santana Lopes permitiu a celebração de **40 contratos**.

- Entre 2009 e 2013 foram celebrados **1.777 contratos de swap**, no valor global de 333 mil milhões de euros.

Ao fazer referência a estes dados nacionais, não queremos escamotear os dados referentes aos contratos celebrados na Região, mas tão só explicar que era prática corrente a celebração deste tipo de contratos.

A alteração das circunstâncias, ditada pela crise, e o advento das taxas de juro negativas – impensável há uns anos atrás – levou a que estes contratos deixassem de ser favoráveis.

Ainda assim, até 2014 os swaps que tiveram a Região como contraparte permitiram, no seu cômputo total, uma receita líquida favorável à Região.

Nos casos que ainda se encontram por resolver, estamos empenhados em evitar que perdas potenciais importantes se venham a materializar.

Estamos igualmente disponíveis para vir a esta Assembleia explicar esses processos, após a sua conclusão.

O Governo Regional está a tratar de controlar, diminuir e eliminar riscos de alguns contratos e a cancelar outros, como no caso do processo negocial das Parcerias Público-Privadas, cujas perdas potenciais já não se concretizarão.

Num processo que, reconhecemos, não se afigura fácil, reafirmo, para finalizar, que estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para minimizar os custos para o Erário Público, de modo a garantir o imperativo da cabal defesa do interesse público.

Muito obrigado.

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 24 de Maio de 2016